

TENDÊNCIAS NO MOVIMENTO DE RE-LOCALIZAÇÃO ALIMENTAR BRASILEIRO: uma análise de Iniciativas Colaborativas de Compras

Potira Viegas Preiss¹

Flávia Charão Marques²

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma caracterização do cenário brasileiro de Iniciativas Colaborativas de Compras. Inspira-se em dados coletados em levantamento realizado em 2014, complementados por uma revisão da literatura. A partir do perfil básico dos grupos e suas dinâmicas de funcionamento são tecidas considerações sobre o impacto que o envolvimento em tais iniciativas têm para com as práticas sociais dos atores envolvidos. Também, introduzimos um breve diálogo entre as convergências e as divergências em torno de iniciativas brasileiras e iniciativas similares atuantes na Europa, contribuindo para o debate de como estas experiências podem trazer aportes ao movimento de re-localização alimentar.

Palavras-chave: consumo local; regime alimentar; contra movimentos.

Abstract: This article aims to present a characterization of Brazilian scenario of Collaborative Purchasing Initiatives. It draws from data collected on a survey carried on 2014 among different groups, which are complemented with literature review. Presents a basic profile of the groups, functioning dynamics, as well as considerations on the impact that engaging in those initiatives have towards actors social practices. We also introduce a short dialogue about convergences and disparities considering Brazilian and similar European initiatives, contributing to the debate of how these

¹ Mestre em Desenvolvimento Rural. Doutoranda em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS, Porto Alegre, RS. Bolsista CAPES. E-mail: potipreiss@gmail.com.

² Doutora em Desenvolvimento Rural. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS, Porto Alegre, RS. E-mail: flavia.marques@ufrgs.br.

experiences can feed the re-localization movement.

Keywords: local consumption; food regimes; counter-movements.

Da deslocalização à re-localização dos alimentos

De maneira geral, a maior parte das refeições partilhadas por nossos antepassados tinham como origem a produção agrícola situada a poucos quilômetros de distância. Como metáfora, podemos dizer que, quando nossas avós faziam um bolo, a farinha, o leite, os ovos eram todos de origem próxima e, talvez, a cereja do bolo fosse um item especial, importado. Hoje, ao fazer o mesmo bolo, as probabilidades são de que o quadro seja inverso, e a maioria dos ingredientes seja não só de terras distantes, como industrializados, e o item especial tenha se tornado o local, talvez um fruto produzido na própria horta.

Essa drástica mudança de cenário é o resultado de um reordenamento social e econômico condicionado por processos de modernização e de globalização da agricultura. Ainda que as relações comerciais de importação e exportação de alimentos tenham sido uma prática já comum entre os povos egípcios e romanos antigos, é somente no período pós-guerra, e com a implementação dos programas de desenvolvimento focados na tríade modernização da agricultura, urbanização e industrialização, que vai se consolidar um cenário de deslocalização do sistema alimentar a nível mundial. Os programas tinham como meta o fim da fome e da pobreza através da produção de alimentos baratos e em quantidade, apresentando como solução a integração entre a agricultura e a indústria.

Não se pode deixar de mencionar que foi esse processo que transformou a agricultura em forte consumidora de insumos químicos e maquinários, na mesma medida em que passou a fornecer a matéria prima para a produção de alimentos industrializados. Novas tecnologias foram

criadas para que os alimentos, antes altamente perecíveis, pudessem resistir a longas distâncias até chegar ao seu ponto de consumo. É dessa forma que a industrialização da agricultura contribuiu para as alterações na dieta de uma grande parcela da população, criando produtos de fácil preparo, padronizados e pautados por critérios calóricos e nutricionais, possibilitando o consumo de alimentos independentemente do local ou estação do ano. Goodman e Redcliff (1991) sugerem o termo “dieta Fordista”, para se referir a uma nova dieta industrial e urbana, tendo como base alimentar grãos, carne bovina e açúcares. A referência local e cultural dos alimentos vai dando lugar a parâmetros nutricionais e sanitários, criando um contexto que Barbosa (2009) chama de um processo de “cientificação” do comer. Neste, a ciência passa a ter uma influência cotidiana nas sociedades contemporâneas como parâmetro de qualidade e legitimação de determinados produtos ou alimentos. Se, nas décadas passadas o extermínio da fome era a meta em destaque, é necessário dizer que atualmente o problema ainda não foi solucionado, ao mesmo tempo em que a obesidade vai se tornando uma epidemia mundial.

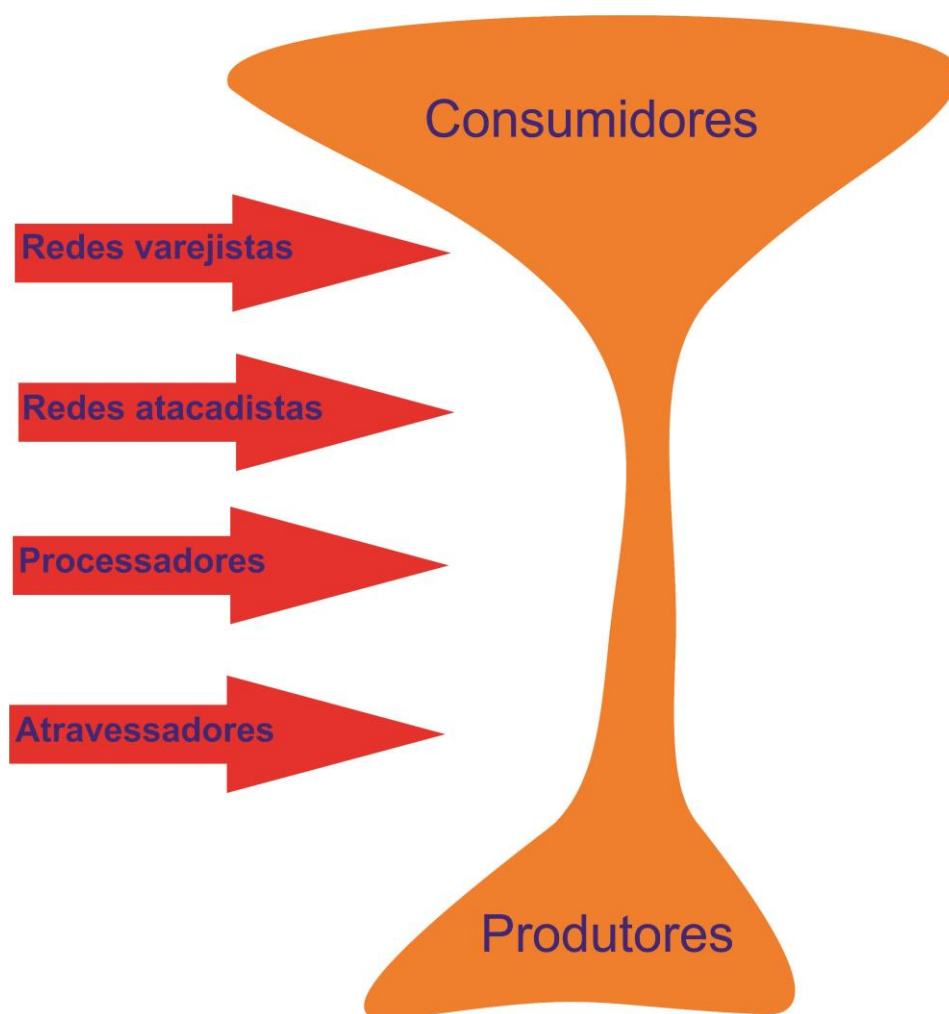
As transformações também atingiram os produtores, criando um contexto de alta dependência de insumos externos e especialização produtiva, significando, em muitos casos, endividamento junto às instituições bancárias. Todavia, nem todos os agricultores quiseram ou tiveram condições de participar da modernização da agricultura, e certamente aqueles que já tinham dificuldade de acesso a mercados em contextos de precariedade socioeconômica foram os mais atingidos. Ainda que nos últimos 20 anos tenha havido um crescimento estável na produção de alimentos a nível mundial, esse modelo de agricultura gerou uma série de impactos sociais e ambientais extensamente documentados na literatura, tais como: o aumento do desemprego e da desigualdade social, a desvalorização cultural das populações do campo, uma intensa migração para a cidade, a deterioração ambiental e a escassez de recursos.

Um agravamento da dívida dos países ditos do Terceiro Mundo,

somado à entrada da Europa como forte competidora para as exportações norte-americanas, levam a uma grande derrubada dos preços agrícolas e, conseqüentemente, do valor da terra, provocando um endividamento generalizado do setor agrícola que entra em crise nos anos 1980 (RAMOS e STOREL JÚNIOR, 2001). O sistema tenta se restabelecer através de políticas neoliberais e tratados internacionais de comércio livre, provocando um processo de liberalização da agricultura em nível global. Isto consolida o que Friedmann e McMichael (1989) denominam um Terceiro Regime Alimentar, caracterizado pelo oligopólio das corporações agroalimentares, pela globalização das cadeias de proteína animal, pela crescente vinculação entre os mercados de petróleo e alimentos, bem como pela expansão das redes de varejo (supermercados) como espaço de comércio. Ploeg (2009) demonstra como a introdução do mercado global como princípio ordenador da produção e comercialização agrícola acaba por constituir “Impérios Alimentares”. Seriam, então, eles que passariam a exercer um poder monopólico crescente sobre a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos. O autor alerta que a queda generalizada dos preços agrícolas, somada ao crescente aumento dos custos de produção, faz com que os agricultores tenham rendas cada vez mais baixas, criando o chamado “aperto na agricultura³”. O baixo retorno econômico obtido pelos produtores está relacionado à redistribuição dos valores entre uma série de intermediários envolvidos na cadeia de abastecimento (PLOEG, 2009). A outra face do mesmo processo é o encarecimento dos preços ao consumidor, dificultando a aquisição de alimentos, em especial, em quantidade e qualidade, forçando um afunilamento e distanciamento das relações entre produtores e consumidores, conforme ilustrado na Figura 01.

³ No original *squeeze*.

Figura 01: Afunilamento das relações entre produção e consumo nas redes de abastecimento do sistema agroalimentar convencional.



Fonte: elaboração própria.

Portanto, a deslocalização do sistema alimentar não se refere apenas ao crescente distanciamento geográfico entre os espaços de produção e consumo, mas também à desnaturalização do alimento, que perde suas características originais e seu vínculo sociocultural. Há, ainda, um processo de desumanização do sistema agroalimentar visto que o agricultor, que antes atestava a qualidade do produto, se torna um “ser anônimo”. De certa forma, ele é substituído por rótulos produzidos por especialistas de engenharia e nutrição que, por meio de análises de laboratório, vão garantir a qualidade do produto, valendo-se de códigos e cálculos indecifráveis para o

cidadão comum. Assim, a deslocalização também acaba por gerar um distanciamento social e cognitivo, criando esquemas em que qualquer coisa pode estar disponível na prateleira de qualquer supermercado, a qualquer momento.

Mais recentemente, alguns dos métodos de produção industrial dos alimentos passam a ser questionados devido às suas consequências para a saúde humana e para o bem-estar animal ou, ainda, pelos impactos ambientais. Associado a isso, uma série de escândalos alimentares provocam uma reação da sociedade. A crise da 'vaca louca', a gripe aviária, o uso abusivo de antibióticos e hormônios no engorde de animais, alimentos com aditivos com potencial cancerígeno e os produtos transgênicos são alguns dos fatores que têm contribuído para o que Menasche (2010) chama de uma "ansiedade urbana contemporânea" em relação à alimentação, especialmente causada pela presença do desconhecido na comida. Já, Renting, Marsden e Banks (2003) propõem a existência de um processo de "desafeição alimentar", que seria caracterizado por uma crescente desconfiança da população em relação aos alimentos devido à sua forma de produção, porém, também agravado pelos escândalos alimentares.

É neste contexto que emergem iniciativas a nível global que vêm a desafiar os parâmetros impostos pelo sistema alimentar convencional, aproximando agricultores e consumidores em sistemas diversificados de produção e comercialização de produtos diferenciados (*e.g.* locais, agroecológicos, justos, solidários, *etc.*). Estas novas estratégias de consumo e padrões de qualidade envolvem simbolismos políticos, ecológicos e culturais. Agroecologia, soberania alimentar, *slow food* são alguns dos exemplos dos movimentos que buscam enfatizar a importância de aproximação entre quem produz e quem consome, além de valorizar a origem sociocultural e ecológica dos alimentos.

Tendo estes novos fenômenos em foco, nas últimas duas décadas, tem havido uma grande proliferação de estudos acadêmicos dedicados a discutir o que vem sendo tratado como um processo de re-localização alimentar. O

tema tem sido, em especial, trabalhado na literatura europeia e norte-americana, e, ainda que tenha um escopo próprio, é frequentemente discutido de forma complementar ou ainda entrelaçado a outros debates tais como a virada da qualidade (GOODMAN, 2003), os processos de certificação e a determinação de origem (FONTE, 2008 e 2010), as redes alimentares alternativas (RENTING, MARSDEN e BANKS, 2003; BRUNORI, ROSSI e MALANDRIN, 2010; STAR, 2010) e a politização do consumo (LAMINE, 2005; PORTILHO, 2008, 2009 e 2010; SHERWOOD *et al.*, 2013).

Um dos trabalhos mais reconhecidos sobre o tema foi realizado no contexto do projeto CORAZON que compilou pesquisas realizadas em 12 países europeus entre 2004 e 2007, com o intuito de identificar as formas de conhecimento e dinâmicas de interação em torno do desenvolvimento econômico de áreas rurais (FONTE, 2010). A partir dos resultados apresentados pelas pesquisas, Maria Fonte propõe uma categorização para distinguir diferentes facetas do processo de re-localização tendo como referência a forma como a modernização e industrialização se consolidam em cada local. Cruz (2012), ao analisar o trabalho de Maria Fonte, explica que há dois processos relacionados à relocalização. Um deles se refere ao caso dos países que tiveram processo mais intenso de modernização e industrialização da agricultura, situação na qual as populações vivenciaram processo de erosão de conhecimentos locais e de relações sociais, de modo que, nesse caso, os movimentos contemporâneos atuam em busca de uma "reconexão" com determinados produtos, países e processos sociais. O local aqui se refere a uma aproximação sócioespacial em que as relações entre produtores e consumidores tem um papel essencial no desenvolvimento de iniciativas "alternativas" (FONTE, 2010). O segundo processo tende a acontecer em países ou regiões onde a modernização da agricultura foi menos intensa. Conforme esclarece Cruz (2012, p. 21), nesses contextos, "as iniciativas em curso não necessariamente implicam "reconectar", mas sim reconhecer, valorizar e legitimar práticas e modos de produção, conhecimentos e relações de proximidade presentes nessas regiões". Essas

experiências associam ao local um sentido geográfico vinculado a territórios específicos, de forma que se tornam centrais as condições de produção e o saber fazer associado a esta localidade (FONTE, 2010). Portanto, a origem dos alimentos torna-se o foco de resgate e valorização. Para os fins deste artigo, focaremos nas dinâmicas de reconexão tomando como ponto de entrada o caso de Iniciativas Colaborativas de Compras, descritas a seguir.

Iniciativas Colaborativas de Compras - ICCs

Traçar a origem exata das ICCs é uma tarefa um tanto árdua. Todavia, se levarmos em consideração dinâmicas colaborativas para aquisição de produtos, podemos identificar uma possível origem destas iniciativas em cooperativas de consumo que surgiram ainda no início do século XIX na Europa, inspiradas pelos socialistas utópicos como Robert Owen (MASCARENHAS, 2007; PICOLOTTO, 2008; MASCARENHAS, GONÇALVES e BENSADON, 2014). No entanto, considerarmos os processos mais recentes de busca de alimentos diferenciados, Star (2010) sugere que foi a partir do lema "*Agriculture with a face on*" (Agricultura com uma face) que surgiram as primeiras iniciativas na Alemanha, Suíça e Japão na década de 1960. Elas se constituíram como práticas comunitárias de consumo que buscavam o estabelecimento de relações de solidariedade com produtores, remetendo a uma forma de criar bases para uma sociedade mais ecológica, valorizando os agricultores e estabelecendo critérios para as práticas agrícolas.

Estas experiências referem-se a sistemas de grupos organizados (redes, coletivos, associações e outros arranjos), nos quais, há o estabelecimento de relações diretas entre consumidores e produtores para comercialização de produtos alimentares em circuitos curtos. Centralmente, a ideia é criar uma relação de fidelidade e solidariedade entre quem consome e quem produz. Mantendo estas diretrizes, porém considerando

conformações e identidades específicas, encontramos, por exemplo, na Inglaterra e nos EUA, os *Community Supported Agriculture (CSA)*; na França, *Association Pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne (AMAP)*; na Itália, *Gruppi di Acquisto Solidari (GAS)*; na Bélgica, os *Voedselteam*; na Espanha, os Grupos de Consumo ou *Ecocajas*; no Equador, *Canastas Comunitarias*; além dos chamados *Teikei* no Japão (LAMINE, 2005; BRUNORI, ROSSI e MALANDRIN, 2010; MONTIEL e COLLADO, 2010; SHERWOOD *et al.*, 2013).

Em um artigo de Claire Lamine, de 2005, a autora declara que, até 2004, uma em cada quatro famílias japonesas pertencia a *Teikeis*; nos Estados Unidos e Canadá, cerca de 1400 iniciativas de CSA haviam sido identificadas e, na França, cerca de 15 mil famílias pertenciam a grupos de AMAPs (LAMINE, 2005). Na Itália, são encontradas atualmente cerca de 900 iniciativas desta natureza (BRUNORI, ROSSI e MALANDRIN, 2010). Para a América Latina, a citação mais expressiva é a da *Red Tierra y Canasta* no Equador, envolvendo cerca de 1.500 consumidores e 600 famílias de agricultores agroecológicos organizados em grupos por todo o país (KIRWAN, 2008). Todas estas iniciativas se constituem em experiências de aquisição direta de produtos através de redes de consumidores e produtores, que, a partir da constituição de acordos diretos e específicos, acabam por articular distintos arranjos, formas de organização ou, até mesmo, processos inovativos tanto na produção, como no consumo. As denominações citadas são as mais frequentes para os países mencionados, o que de forma alguma exclui sistemas com outras denominações, todavia, seguindo as mesmas diretrizes apresentadas acima. Assim, ainda que haja uma diversidade de denominações e identidades específicas que as iniciativas adotam a nível local, há aspectos convergentes entre seus elementos mobilizadores e formas de atuação. Neste sentido é que se está propondo a ideia de Iniciativas Colaborativas de Compras – ICCs, como forma de referenciá-las a partir de um olhar amplo e integrador, que não desconsidera as peculiaridades locais, todavia, busca desconstruir a ideia de um fenômeno isolado.

É este olhar que nos estimula a considerar as ICCs como um movimento de contra tendência alimentar, ou seja, uma resposta cultural às forças globais, em que as noções de globalidade e modernidade como um processo homogeneizante é questionado. Neste sentido, é fundamental levar em conta a forma com que os atores criam agendas próprias e como se reposicionam frente aos efeitos das chamadas “macroestruturas” (SHERWOOD *et al.*, 2013). Olhando desta forma, os consumidores deixariam de ter um papel passivo em absorver e seguir os preceitos do sistema alimentar hegemônico ou, de outra parte, aderir completamente a uma via alternativa. Sherwood *et al.* (2013) defendem que os consumidores, a partir de sua reflexividade e escolha, buscariam incorporar, em sua realidade, práticas de consumo mais condizentes com suas próprias racionalidades. A contra tendência estaria, portanto, na maneira como os atores reagem a valores e discursos dominantes, sejam eles de um contexto global ou local, criando através de sua capacidade de agência novas materialidades com potencial de reformular os cursos de ação através da recombinação de práticas sociais em distintas e múltiplas realidades (ARCE, SHERWOOD e PAREDES, 2015). No que diz respeito ao processo de produção e consumo de alimentos, isto pode significar que a agência dos atores envolvidos está também sujeita a valores e efeitos do desenvolvimento global, como: liberdade, bem-estar e comprometer-se multidimensionais com elementos materiais e imateriais pertinentes a concepção dos atores sobre qualidade de vida (ARCE, 2015). Assim,

a qualidade dos alimentos não é um enigma a ser resolvido exclusivamente por meio de normas ou políticas públicas, mas sim um campo fortemente contestado e, muitas vezes, caótico, caracterizado por altas taxas de incerteza e vulnerabilidade, que competem com crenças e ideais desejáveis de bem-estar. É também uma expressão da agência das pessoas na mobilização das políticas públicas, ideias sobre necessidades e desejos potenciais sobre o que é adequado para a família na qual um indivíduo nasce e vive. Esta agência interage com os crescentes "males" da modernização e do desenvolvimento, condicionando muitos aspectos, como o nascimento de atividades cívicas de

contestação, sob a forma de crescentes e diversificados movimentos alimentares (ARCE, 2015, p. 152, aspas no original, tradução própria).

Para Brunori, Rossi e Malandrini (2010), os *GAS* criam situações ganha-ganha tanto para produtores como consumidores, visto que estabelecem relações de parceria e criam soluções econômicas que beneficiam ambas as partes, tais como: eliminação de atravessadores, utilização de trabalho voluntário, diminuição de gastos com operações e materiais desnecessários (e.g. longos períodos de armazenamento, embalagens, etiquetas, conservação, dentre outros). Já, Lamine (2005) aponta que estes sistemas oferecem a possibilidade de trocar incertezas através dos acordos e comprometimentos estabelecidos entre produtores e consumidores. Conforme a autora, o sistema permite que os consumidores reduzam suas “incertezas qualitativas” (*i.e.* segurança, gosto, origem, *etc.*) à medida que os agricultores diminuem suas “incertezas quantitativas” (*i.e.* garantia de vendas e preços pagos). É nesse sentido que Marsden (1998) sugere que esses mercados de alimentos em cadeias curtas estão se tornando diferenciados por cumprirem uma série de critérios socialmente construídos sobre a qualidade dos alimentos, contrapondo-se aos mercados de “alimentos de massa anônima”. Assim, as potencialidades em relação ao mercado estão mais no sentido de possibilitar uma maior diversidade de modelos, frente às instituições convencionais e, com isso, permitir um maior atendimento de demandas sociais e ambientais, fazendo com que os consumidores tenham um papel transformador, pois, criam novos discursos, narrativas e formas de relação que afetam dinâmicas de infraestruturas e reformulam padrões de consumo ao dar novos significados e conteúdos a bens e serviços (BRUNORI, ROSSI e GUIDI, 2011).

Ampliando os potenciais de atuação política destas iniciativas, Sherwood *et al.* (2013) relatam como a *Red Tierra y Canasta* passa de um grupo de 25 famílias de moradores urbanos de classe baixa a uma rede de atuação política a nível nacional, envolvendo processos de qualificação da

agroecologia no Equador, de participação no Movimento de Soberania Alimentar e da construção de medidas legislativas para a eliminação de agrotóxicos. Outro aspecto relevante que surge deste ‘movimento’ é a segurança e soberania alimentar, que pouco aparece nos exemplos anteriores, mas está expresso claramente no trecho abaixo.

*A Canasta Comunitaria de Riobamba [Equador] é um esforço de **resistência dos moradores da cidade frente a um modelo de economia e de mercado que dificulta o acesso aos alimentos**. Fundamenta-se em práticas solidárias tradicionais dos nossos povos que transformamos em um processo organizativo consciente. Em outras palavras, somos uma organização popular urbana de consumidores e nosso eixo de construção é a segurança e a soberania alimentar de forma que possamos criar uma autêntica economia popular e solidária, resgatando o ser humano fraterno e integral que, em realidade, todos somos (GOTAIRE, 2004, p. 1, grifo original, tradução própria).*

Alguns dos valores identificados (e.g. solidariedade, reciprocidade, defesa de modos de vida, ambientalismo, soberania alimentar) a partir dos exemplos, e que subjazem às distintas ICCs, permitem antever que guardam características de contra tendências aos domínios do sistema agroalimentar. Além disto, também dão pistas de outras intersubjetividades, considerando que “nem tudo o que se produz é consumo, nem tudo o que se troca é mercadoria, as pessoas comem comida e símbolos e trocam bens e sentidos de vida” (BRANDÃO, 2007, p. 55).

Levantando dados e informações

O trabalho sobre as ICCs se inicia com uma busca sistemática de informações, utilizando revisão de pesquisas acadêmicas, literatura cinza, uso de ferramentas de busca *on-line*, redes sociais na internet, além da realização de contatos diretos com os grupos identificados. Os dados levantados pelo Instituto Kairós e pelo Instituto Brasileiro de Defesa do

Consumidor – IDEC acabaram por constituir um importante ponto de partida no percurso de buscar elementos sobre ICCs no Brasil.

Para atualizar e sistematizar informações que pudessem delinear um perfil básico dos grupos e suas respectivas dinâmicas de funcionamento, foi realizada também uma sondagem com uso de um questionário *on-line*⁴, composto por 29 questões. O formulário foi enviado a 34 contatos por correio eletrônico em setembro de 2014, informando a finalidade da pesquisa e solicitando colaboração. Depois de 40 dias, foram respondidos e devolvidos 12 questionários. O Quadro 01, abaixo, traz um resumo das ICCs que contribuíram com o levantamento de informações. Ainda que o número de participantes tenha sido menor que 50%, é relevante considerar os dados, visto que complementam e corroboram aquilo que foi obtido da literatura e de outros levantamentos.

Quadro 01: ICCs que participaram da sondagem em resposta ao questionário *on-line*.

NOME DA INICIATIVA	CIDADE	ESTADO	DATA DE CRIAÇÃO
Rede Solidaria Agroecológica Emiliano Zapata	Ponta Grossa	Paraná	10/01/2013
MICC: Associação Integração Campo e Cidade	São Paulo	São Paulo	01/02/1986
GAS: Grupo de Alimentação Saudável	Erechim	Rio Grande do Sul	11/06/2014
Rede Terra Viva	Belo Horizonte	Minas Gerais	10/08/2014
Rede Guandu	Piracicaba	São Paulo	01/02/2007
Projeto Consumo Consciente ABC	Abc Paulista	São Paulo	01/07/2012
SISCOS: Sistema De Comercialização Solidária	Alta Floresta e Carlinda	Mato Grosso	01/01/2008
Rede de Consumidores Conscientes APOMM	Pedralva e Itajubá	Minas Gerais	25/04/2014
CSA Demétria:	Botucatu	São Paulo	10/07/2011
Direto da Roça	Piracicaba	São Paulo	08/08/2012
Consumosol	São Carlos	São Paulo	03/06/2004
GIÁ: Grupo De Integração Agroecológica GIÁ	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10/08/2012

Fonte: elaboração própria.

⁴ Para elaboração do questionário e sistematização das respostas foi utilizada a ferramenta *Quick Surveys* (www.quicksurveys.com).

ICCs brasileiras: um breve contexto

A produção acadêmica centrada nas ICCs brasileiras ainda é bastante incipiente, tendo sido encontradas apenas duas dissertações de mestrado, uma focada na experiência da Rede Ecológica do Rio de Janeiro (RJ) de autoria de Camila Batista Martins Carneiro (2012) e outra sobre circuitos curtos em Campinas (SP), que inclui alguns aspectos sobre a iniciativa Trocas Verdes, tendo como autora Maria Elisa Von Zuben Tassi (2011). Também, há alguns artigos e capítulos de livros tais como: Portilho (2008, 2009 e 2010) e Mascarenhas, Gonçalves e Bensadon (2014). As organizações da sociedade civil ou as próprias ICCs têm produzido alguns materiais referenciais sobre a temática. Todavia, na maioria dos casos, estes têm um caráter mais informativo e educativo, sendo as publicações do Instituto Kairós as que apresentam um caráter mais analítico. A caracterização mais frequente das ICCs na literatura é de “grupos de consumo responsável”, sendo também frequentemente associados a temas como: economia solidária, politização do consumo, circuitos curtos de comercialização e agroecologia. O termo consumo responsável é tido como

um conjunto de hábitos e práticas que fomentam um modelo de desenvolvimento comprometido com a redução da desigualdade social. O consumo responsável visa melhorar as relações de produção, distribuição e aquisição de produtos e serviços, de acordo com os princípios da economia solidária, soberania alimentar, agroecologia e o comércio justo e solidário. É a valorização e a vivência de atitudes éticas para a construção conjunta de um novo panorama social e ambiental (INSTITUTO KAIRÓS, 2013, p. 103).

Portilho (2010) faz uma profunda análise de como os problemas ambientais passam a ser atribuídos a um estilo de vida consumista da sociedade, levando à noção de que uma nova forma de consumo precisaria ser desenvolvida de maneira que hábitos menos predatórios pudessem conduzir os indivíduos a um cotidiano menos materialista. Estes elementos contribuem para que seja cunhado o termo “consumo responsável”. No

entanto, a própria autora traz um alerta para o perigo conceitual e político deste termo, pois, por um lado, o consumidor passa a ser visto como um “ator singular portador da história”, tendo a missão de ser “o ator” responsável pela revolucionária transformação da sociedade, isentando os demais atores do campo político (*i.e.* Estado, governos, movimentos sociais) (PORTILHO, 2010).

As duas primeiras iniciativas no país datam de 1978, com as experiências da Cooperativa Ecológica – Coolmeia, em Porto Alegre (RS), e a Cooperativa de Consumidores Naturais do Rio – Coonatura, no Rio de Janeiro (RJ). Ambas surgem em um contexto em que o acesso a alimentos orgânicos era difícil, mobilizando grupos de consumidores engajados no movimento ecológico, contrários ao uso de agrotóxicos e em prol da agricultura familiar em pequena escala (PREISS, 2004; CARNEIRO, 2012). Ainda que ambas as iniciativas não estejam ativas na atualidade, parece relevante citá-las, primeiramente, no que tange a um resgate histórico das ICCs no Brasil, mas também, porque inspiraram várias outras experiências subsequentes. Este é o caso da Feira de Agricultores Agroecológicos que existe há 25 anos, em Porto Alegre, como consequência da pioneira Coolmeia (PREISS, 2004). Do mesmo modo, no Rio de Janeiro, a Feira Orgânica da Glória e a Rede Ecológica decorrem da Coonatura (CARNEIRO, 2012). Parece-nos, ainda, interessante mencionar que o período de criação destas ações pioneiras, no Brasil, coincide com o identificado por Lamine (2005) ao reportar a origem de iniciativas na Europa, Japão e Estados Unidos.

No que diz respeito as ICCs ativas no país, o Instituto Kairós realizou, em 2009, uma pesquisa que identificou 17 experiências que declararam realizar compras coletivas com critérios solidários e ou agroecológicos (INSTITUTO KAIRÓS, 2011). Conforme o Instituto Kairós (2011), as principais motivações para construção dos grupos referem-se ao desejo de realizar um movimento de aproximação entre produtores e consumidores e uma maior integração entre o campo e a cidade. Ainda, do ponto de vista dos objetivos, é central o fortalecimento dos agricultores e a

criação de oportunidades para consumidores acessarem produtos diferenciados.

Importante ressaltar que, para além da venda direta aos consumidores, as feiras e mercados institucionais, como o PAA⁵ e o PNAE⁶, têm sido os principais espaços de escoamento da produção dos agricultores envolvidos nas ICCs (INSTITUTO KAIRÓS, 2011; CARNEIRO 2012; MASCARENHAS, GONÇALVES e BENSADON, 2014). A pesquisa do Instituto teve como desdobramento a realização de um encontro, com a finalidade de promover conhecimento mútuo e troca de experiência em agosto de 2011, em Parelheiros (SP); tendo sido organizado pelo Instituto Kairós no âmbito do projeto “Promoção do Consumo Responsável nos Territórios Rurais”, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) (CARNEIRO, 2012). No encontro, foi criada a Rede de Grupos de Consumo Responsável, com o objetivo de articular ações conjuntas no que se refere a práticas de comercialização e consumo responsável, e para atuação política e formativa dos participantes (CARNEIRO, 2012; MASCARENHAS, GONÇALVES e BENSADON, 2014). Foram realizados novos encontros em 2013 e 2015, que têm contribuído para uma atuação articulada dos grupos, com a criação de uma agenda comum e a realização de atividades em colaboração, tais como pesquisas de preço ou compra conjunta de alimentos de difícil acesso. Em 2014, também foi criada a rede CSA Brasil, como uma associação sem fins lucrativos que visa ajudar na criação de novos projetos de Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA, bem como articular e auxiliar os projetos já existentes. Atualmente, fazem parte desta rede cinco

⁵ Programa de Aquisição de Alimentos, é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2003).

⁶ Programa Nacional de Alimentação Escolar, ligado ao Ministério da Educação, estabelece um mercado institucional para a agricultura familiar através do abastecimento de escolas públicas, segundo os princípios de alimentação adequada e da soberania alimentar (BRASIL, 2009).

projetos (CSA BRASIL, 2015). É importante ressaltar que estas iniciativas têm uma influência direta das experiências de *Community Supported Agriculture* citadas anteriormente, sendo, portanto, uma versão brasileira que se inspira e mantém conexões com a rede internacional.

Outra instituição que tem contribuído com a divulgação das ICCs no país, é o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, que atua já há algum tempo em favor da disseminação e informação sobre diferentes práticas de consumo. Com o objetivo de aproximar o consumidor dos alimentos orgânicos o IDEC lançou, em 2012, uma ferramenta *on-line* de busca rápida que mapeia e cadastra feiras orgânicas e grupos de consumo responsável, tendo atualmente 413 feiras e 32 grupos de consumo identificados. Interessante ressaltar que, desde seu lançamento até dezembro de 2014, os registros no mapa cresceram em 240%, sendo acessado, em média, por 10 mil pessoas por mês (IDEC, 2014). O aumento nos registros, por um lado, pode representar um processo de rápido crescimento dos grupos, ou ainda, pode ser que a ferramenta esteja facilitando a divulgação de iniciativas que já atuavam anteriormente.

Tendo os materiais citados como base, porém, aprofundando o levantamento com dados próprios, identificamos, até abril de 2015, a atuação de 46 iniciativas, localizadas em 33 cidades brasileiras. A Figura 02 apresenta uma representação gráfica desta distribuição. Na próxima seção, apresentaremos um perfil dos grupos e sua dinâmica de funcionamento, estabelecendo algumas reflexões tendo também como base a literatura internacional.

Figura 02: Representação gráfica da distribuição das ICCs atuantes nos Brasil.



Fonte: elaboração própria.

Tendências das ICCs brasileiras e o diálogo com a literatura internacional

Diferentemente dos casos comumente relatados nos países do hemisfério norte, onde se identifica a construção de uma identidade a nível nacional, as iniciativas brasileiras apresentam uma variedade de denominações: redes, coletivos, grupos, sistemas ou outras. As várias

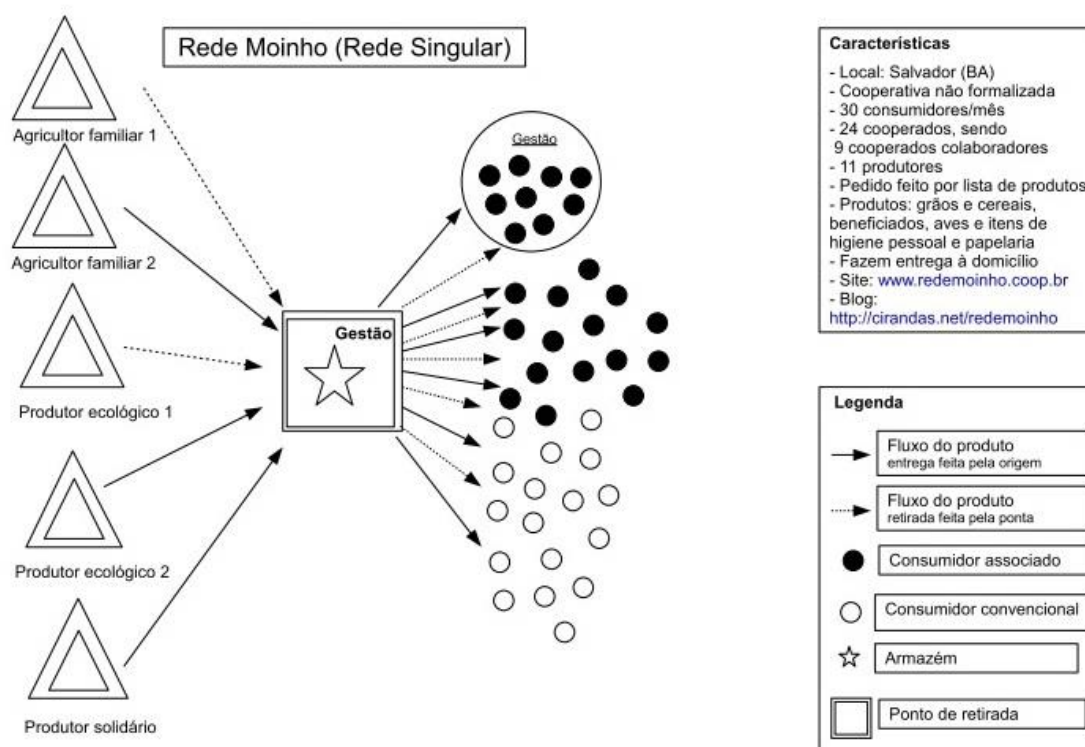
nomenclaturas indicam a variedade de formas organizativas que podem ser consideradas como ICCs. Todavia, há, também, diversidade no que diz respeito aos elementos ideológicos e políticos expressos na maneira como as ICCs se denominam, ressaltando determinadas características ou valores. No caso Italiano, a palavra “solidariedade” ganha destaque, no francês, é a “agricultura camponesa”, já, na Espanha, o destaque é a origem de base ecológica dos produtos e, nos casos da Inglaterra e EUA, a “agricultura de apoio comunitário” irá ressaltar as relações de reciprocidade entre produtores e consumidores. Solidariedade, agroecologia, ecologia, consumo responsável, integração campo e cidade são alguns dos valores expressos pela pluralidade de agendas envolvidas nas iniciativas brasileiras. Importante ressaltar que, mesmo distintos, tais valores não são de forma alguma contraditórios.

Para Mascarenhas, Gonçalves e Bensadon (2014) a associação das ICCs com os movimentos de agroecologia e da economia solidária se deve ao fato de que esta última auxilia a encontrar novas formas de acesso a mercados e fornece práticas econômicas de organização auto-gestionária e horizontal; à medida que agroecologia permite práticas produtivas mais harmônicas entre humanos e natureza. Os mesmos movimentos são citados como influentes para o caso das iniciativas atuantes no Equador (SHERWOOD *et al.*, 2013; KIRWAN, 2008; BEKKERING, 2011). Tomando o exemplo equatoriano e umas das iniciativas mais antigas no Brasil, o MICC - Associação de Integração Campo-Cidade, que atua desde meados dos anos 1980 na Zona Leste de São Paulo, encontramos outro ponto interessante de convergência. Trata-se da inspiração inicial no movimento da Teologia da Libertação. No caso paulista, a associação surgiu de um grupo de pessoas envolvidas com a Igreja Católica na Vila Alpina, preocupados em concretizar os ensinamentos cristãos e apoiar os movimentos sociais em prol da reforma agrária, fortemente ativos na época, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por sua vez, a *Canasta Comunitaria Utopia* atua, desde 1987, na cidade de Riobamba (região da

Serra Central do Equador) tendo como influência, na sua origem, a ação de Comunidades Eclesiais de Base e o movimento indígena organizado.

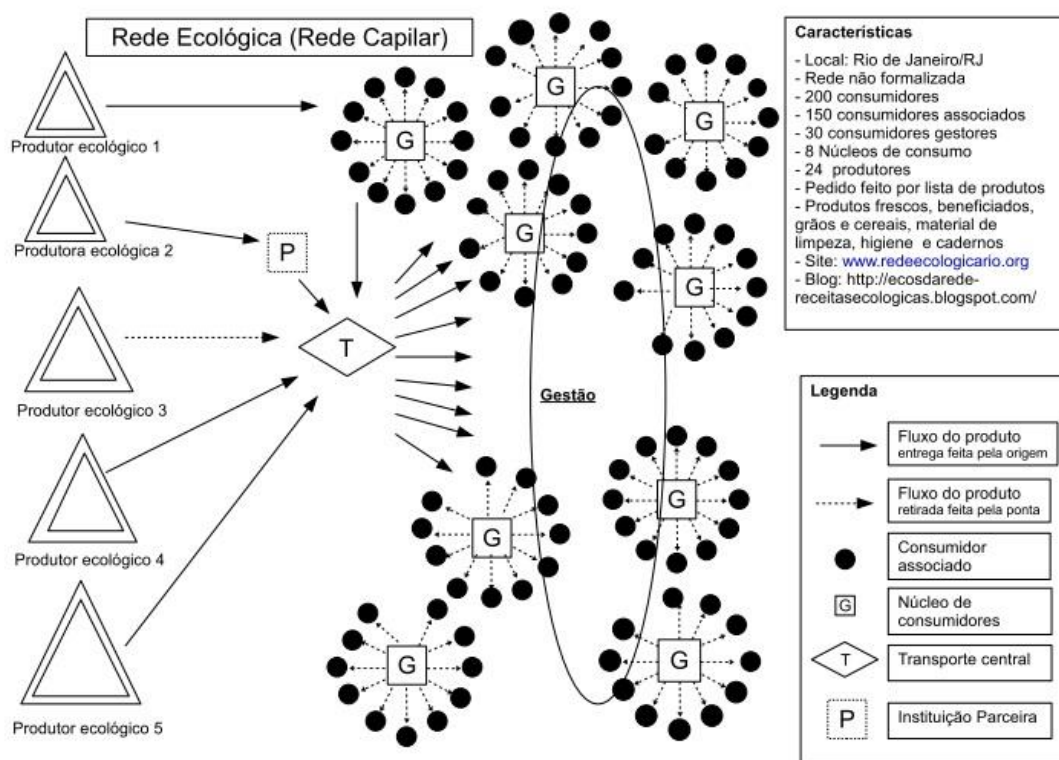
Há uma grande variação no tamanho dos grupos, porém, entre as ICCs participantes do estudo, a maioria das iniciativas envolve entre 11 e 20 produtores, tendo mais de 50 consumidores ativos. O tamanho de cada iniciativa acaba por influenciar a sua forma de atuação e dinâmica de distribuição, podendo ser um sistema simples e direto ou apresentar estruturas mais complexas. Para tratar o tema, o Instituto Kairós criou uma categorização conforme o tipo de rede de abastecimento apresentado. As redes singulares (Figura 03) são experiências que possuem um eixo de gestão centralizado e o processo de comercialização é feito de forma direta entre produtores e consumidores, esta conformação tende a ser encontrada em cidades de 200 mil a 1,5 milhões de habitantes (INSTITUTO KAIRÓS, 2011). As redes capilares (Figura 04), por sua vez, são caracterizadas por um processo de distribuição em núcleos, onde a gestão envolve a organização de distintos coletivos territorializados, sendo comumente encontradas em grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo (INSTITUTO KAIRÓS, 2011). O caso mais expressivo, considerando o tamanho, é o MICC, que tem 23 pontos de distribuição na Zona Leste de São Paulo, com uma produção e entrega média de 400 cestas semanais.

Figura 03: Diagrama que exemplifica as relações de abastecimento em uma ICC de rede singular.



Fonte: Instituto Kairós (2011).

Figura 04: Diagrama que exemplifica as relações de abastecimento em uma ICC com rede capilar.



Fonte: Instituto Kairós (2011).

Apesar de uma relativa abundância de estudos centrados em *GAS* e *AMAPS*, não encontramos nenhum estudo que revelasse de forma clara a existência de dinâmicas de distribuição mais complexas, tais como as redes capilares. Assim, a partir da literatura acessada, arriscamos sugerir que a distribuição dos produtos nos *GAS* e *AMAPS* seguem um sistema singular, no entanto, sua gestão política e organizacional parece ocorrer de forma mais complexa, visto que os grupos estão integrados a redes de atuação em nível nacional. Estes arranjos parecem se opor novamente ao caso brasileiro, uma vez que, neste, há um processo de gestão extremamente variável entre as ICCs, podendo envolver trabalho voluntário e auto-gerido, até grupos com

equipes de funcionários profissionalizados, embora predomine a primeira situação. Estes dados são ratificados por Mascarenhas, Gonçalves e Bensadon (2014), que mencionam diferentes graus de engajamento dos participantes em cada iniciativa. Os autores, inclusive, relatam que membros das equipes de gestão, eventualmente, sentem-se sobrecarregados e, até, afastam-se do grupo. Tal dinâmica pode, em alguns casos, evidenciar contradições entre os valores recorrentemente citados pelos grupos (solidariedade, voluntariado, *etc.*) e a prática da auto-gestão e sustentabilidade. Por outro lado, também pode expressar processos de maior fluidez operacional, desburocratização e criatividade, sem o condicionamento a estruturas fixas e formais (MASCARENHAS, GONÇALVES e BENSADON, 2014). Além disso, legalmente, a atuação das ICCs, no Brasil, se dá de forma informal, estando apenas algumas poucas iniciativas formalizadas em estruturas como cooperativas ou associações.

Apesar disso, há uma gama de instituições que apoiam às ICCs, elas vão desde escolas, universidades e institutos de pesquisa, até igrejas e organizações não governamentais. Tendo em vista o baixo número de pesquisas que encontramos sobre as ICCs, nos chama a atenção o número significativo de universidades citadas como parceiras, tais como: UNESP, UFSCar, UFRGS, PUC-Rio e UFFS. Ao que parece, as ICCs têm se relacionado com as universidades muito mais como projetos de extensão do que como objetos de pesquisa. Outro ponto de vista é fornecido por Portilho (2009), que indica, em um contexto mais amplo, a escassez de estudos sociológicos sobre o fenômeno do consumo no país, o que pode ser explicado pelo predomínio do viés produtivista dado por campo de pesquisa, além de uma tendência de interpretação do consumo sob uma ótica moralista e moralizante.

Os dados do levantamento realizado mostram que há grande diversidade de produtos ofertados através da ICCs. As respostas indicaram que a maioria comercializa um leque de 70 a 100 tipos diferentes de produtos, dentre os quais, os mais comuns são: hortaliças, frutas, temperos,

grãos, panificados, produtos lácteos e doces. Além disso, em algumas iniciativas, também são oferecidos chás, carnes e embutidos, bebidas, farinhas, cogumelos, alimentos pré-prontos congelados, artesanatos e materiais de higiene. No que diz respeito às características dos produtos, percebe-se que a forma de produção é um critério relevante, sendo a produção agroecológica, orgânica e biodinâmica as mais presentes. Também, foram indicados atributos que não se referem à produção em si, mas ao contexto dos produtores, como atuarem na agricultura familiar ou serem beneficiários da reforma agrária, assim como fazerem parte de alguma rede de economia solidária. Estas características são reafirmadas e ressaltadas como critérios importantes para a motivação de envolvimento nos grupos e são complementares a questões como desejo de maior aproximação entre consumidores e produtores, preocupação com saúde e alimentação, estreitamento de relações entre campo e cidade e anseios por um sistema alimentar distinto. No que se refere aos GAS, Brunori, Rossi e Malandrini (2010) e Brunori, Rossi e Guidi (2011), apontam que os critérios considerados como relevantes para a qualidade dos produtos, muitas vezes, diferem em muito dos parâmetros valorizados pelo regime convencional, caracterizando um processo que os autores chamam de “virada da qualidade”⁷.

Outro aspecto convergente entre as iniciativas brasileiras e aquelas encontradas na literatura internacional diz respeito a alterações de práticas ou hábitos entre os envolvidos devido ao engajamento nas ICCs. Para Lamine (2008) e Brunori, Rossi e Malandrini (2010) essas alterações são provocadas pelo estabelecimento de uma relação entre consumidores e produtores que acaba por redefinir tanto o sistema de produção, como o de consumo. Em outras palavras, a partir da interação há substituições ou redefinições de práticas ao longo do processo, criando assim dinâmicas de construção de conhecimento. No que diz respeito aos produtores brasileiros, entre as alterações citadas, estão a produção de novos produtos, mudança na

⁷ No original *quality turn*.

forma de cultivo, processamento pós-colheita e logística de distribuição. A pesquisa revela, ainda, que alguns produtores precisaram aprender a utilizar *softwares* visto que esta é a ferramenta mais comum para a realização de pedidos.

Os processos mencionados vão ao encontro do que argumentam Brunori, Rossi e Malandrini (2010), que, ao descreverem as dificuldades que muitos agricultores enfrentam para se tornarem fornecedores dos GAS, sugerem que esse processo envolve uma profunda reformulação de componentes materiais e imateriais de gestão da propriedade e dos processos de comercialização. Isto ocorre porque os agricultores, além de se engajar em processos inovadores para a produção, precisam desenvolver habilidades de comunicação e administração, tais como lidar com vários clientes e criar novas formas de logísticas. Nas palavras dos autores:

enquanto os agricultores convencionais precisam de poucas habilidades de comunicação - especialmente se o produto é padronizado, o preço já está dado e não há nenhum contato com os consumidores - para os agricultores dos GAS a comunicação é uma função chave. Isso porque é necessário que eles entrem em sintonia com as necessidades dos consumidores para manter e melhorar a reputação e o nível de confiança (BRUNORI, ROSSI e MALANDRINI, 2010, p. 9, tradução própria).

Quanto aos consumidores brasileiros, as alterações mais citadas foram a criação de novos hábitos alimentares e a necessidade de adaptar a logística pessoal e familiar para participar do grupo. Também, há indícios de um aumento no número de refeições feitas em casa, maior tempo dedicado a cozinhar, aprendizagem de novas receitas, além de um maior conhecimento sobre os processos de produção dos alimentos.

De certa forma, podemos entender que a comercialização de produtos, ainda que seja central para a dinâmica de funcionamento dos grupos, não é o único elemento mobilizador, visto que todas as iniciativas declaram realizar atividades de outra natureza. Dentre os eventos citados, destacam-se programas educativos (e.g. palestras, oficinas e debates), assim como são

expressivas as atividades culturais (*e.g.* feiras, *shows* musicais, degustações) e de socialização (*e.g.* comemorações, refeições coletivas e dias de campo). Portilho (2008) chama a atenção para o fato de que as dinâmicas de socialização presentes em feiras e ICCs são mencionadas entre as principais motivações para o consumo. Nesse sentido, pode-se entender que, para além de espaços de compras e trocas, as ICCs podem ser vistas como espaços relacionais, conforme propõe Miller (2002) quando aborda questões emocionais e subjetivas relacionadas às compras, tais como sentimentos de responsabilidade e cuidado. No mesmo sentido, encontra-se a pesquisa de Kneafsey *et al.* (2008) sobre as relações entre produtores e consumidores em ICCs na Inglaterra. Para as autoras, estas relações são transpassadas por uma “ética do cuidado” em que sentimentos de empatia, afeto e cuidado criam dinâmicas relacionais construtivas na busca pela consolidação de anseios, por exemplo, conhecer quem produz sua comida ou quem compra seus produtos.

A literatura tem apresentado os consumidores das ICCs como pessoas com certo poder aquisitivo, frequentemente enquadrados na classe média e alta. Nos casos europeus, há menções de que os consumidores de *AMAPS*, *CSA* e *GAS* se dispõem a pagar valores mais altos por produtos orgânicos, locais e frescos. Para o cenário brasileiro, duas redes com uma expressiva quantidade de participantes têm seu público de consumidores formado majoritariamente por pessoas de baixa renda, é o caso do MICC, na Zona Leste da cidade de São Paulo, e a Rede Tapiri, em Manaus. Já, nas demais experiências, encontramos consumidores com melhores condições, na maioria dos casos, classe média. Neste sentido, compactuamos com Mascarenhas, Gonçalves e Bensadon (2014), quando alertam que o alto poder aquisitivo dos consumidores pode se tornar um empecilho para a popularização destas iniciativas e suas intenções de ruptura política e econômica no sentido de oferecer uma forma distinta de economia e consumo à estabelecida pelo sistema agroalimentar convencional, mesmo que as ICCs promovam ou se pautem por este discurso.

Ainda que não tenhamos dados quantitativos sobre a diferença entre valores pagos pelos produtos nas ICCs em relação ao mercado convencional, entre os consumidores parece haver um certo consenso de que os preços seriam menores ou equivalentes aos produtos encontrados no mercado. Também, nos parece relevante mencionar a pesquisa realizada pelo IDEC sobre o preço de produtos orgânicos, comparando-os em supermercados, feiras e cestas entregues a domicílio⁸. Os principais resultados indicam que, em todos os casos (com apenas uma exceção), o preço na feira orgânica era o menor; sendo que, quando a relação é entre os preços praticados por cestas entregues a domicílio e os preços praticados nos supermercados, os últimos são maiores em 70% dos casos, apresentando variações entre o maior e o menor preço de 13% a 462% (IDEC, 2010).

Considerando que as cestas entregues a domicílio apresentam valores reduzidos em relação aos supermercados, qual seria a diferença de preços de produtos orgânicos praticados nas ICCS? Em especial, tendo em conta que os custos de gestão são partilhados entre os próprios participantes através de trabalho voluntário. Certamente, esta é uma questão que merece um estudo aprofundado, podendo indicar com maior clareza as repercussões econômicas destas iniciativas, seja para seus consumidores, produtores e mercados locais.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo apresentar uma caracterização do cenário brasileiro de Iniciativas Colaborativas de Compras como uma expressão do movimento de re-localização alimentar no país. Para isso, apresentamos um debate introdutório sobre o sistema alimentar contemporâneo, traçando uma caracterização dos processos de

⁸ Essas cestas não devem ser confundidas com as ICCs, considerando que este sistema de abastecimento se refere a empreendimentos privados que fornecem alimentos por meio de serviços de tele entrega, não havendo relação direta entre quem produz e quem consome.

deslocalização e re-localização alimentar. O foco sobre as Iniciativas Colaborativas de Compras permitiu delinear um perfil básico dos grupos, suas dinâmicas de funcionamento, bem como algumas considerações sobre o impacto que o envolvimento em tais iniciativas pode ter nas práticas dos atores envolvidos. Com o intuito de demonstrar que estas iniciativas não são um fenômeno isolado, realizamos um breve diálogo entre as convergências e as divergências em torno das experiências brasileiras com similares no contexto europeu.

Ainda que a re-localização alimentar, impulsionada pelos movimentos sociais, não gere de imediato um colapso financeiro no mercado de *commodities* ou provoque uma redistribuição de rendas a nível global, conforme sugere Star (2010), este movimento tem contribuído fortemente para estabelecer um novo paradigma para a produção e distribuição de alimentos e seu consumo. Dessa forma, pretende-se contribuir para um debate mais amplo que entende estas iniciativas como um movimento de contra tendência alimentar, no qual as noções de globalidade e modernidade tornam-se questionáveis como processos homogeneizantes. Isto porque potencialmente criam espaços que ampliam as possibilidades de reflexão e de escolha, gerando uma multiplicidade de racionalidades frente ao sistema alimentar convencional.

As convergências com a literatura internacional permitem que reafirmemos as ICCs como um movimento de contra tendência, não isolado e que apresenta conformações locais de acordo com aspectos políticos e socioeconômicos de cada situação. As relações entre os atores demonstram dinâmicas mais complexas do que as características do sistema alimentar dominante, apontando, portanto, potenciais para os processos de construção do conhecimento, cuidados e ações políticas.

Referências bibliográficas

ARCE, Alberto. Global Development: Markets and Wellbeing. In: WRIGHT, James D. (Org.). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. Oxford: Elsevier, 2015. p. 150-154.

ARCE, Alberto; SHERWOOD, Stephen; PAREDES, Myriam. Repositioning food sovereignty: between Ecuadorian nationalist and cosmopolitan politics. In: TRAUGER, Amy (Org.). **Food Sovereignty in Geographical Context: Discourse, Politics and Practice in Place**. Londres: Routledge, 2015. p. 125-144.

BARBOSA, Livia. Tendências da alimentação contemporânea. In: PINTO, Michele L.; PACHECO, Janie K. (Org.). **Juventude, Consumo & Educação**. Porto Alegre: ESPM, 2009.

BEKKERING, Ellen. **The Multiple Realities of Alternative Food Networks: An ethnography of the Canastas Comunitarias in Ecuador**. 2011. 84 f. Tese (Doutorado em Rural Development Sociology) - Wageningen University, Wageningen, [2011].

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, v. 1, n. 1, p. 37-64, 2007.

BRASIL. Constituição. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. **Lei no 10.696, de 2 de Julho de 2003**. 2003.

_____. Constituição. Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009. **Resolução/CD/FNDE N° 38, de 16 de Julho de 2009**. Brasília, 2009.

BRUNORI, Gianluca; ROSSI, Adanela; MALANDRIN, Vanessa. Co-producing Transition: Innovation Processes in Farms Adhering to Solidarity-based Purchase Groups (GAS) in Tuscany, Italy. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, Cardiff, p. 28-53. 13 dez. 2010.

BRUNORI, Gianluca; ROSSI, Adanela; GUIDI, Francesca. On the New Social Relations around and beyond Food: Analyzing Consumers' Role and Action in Gruppi di Acquisto Solidale (Solidarity Purchasing Groups). **Sociologia Ruralis**, Oxford, n. 18, p. 1-30, 2011.

CARNEIRO, Camila Batista Martins. **Compras Coletivas de produtos orgânicos e participação política: um estudo de caso da Rede Ecológica**. 2012. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, [2012].

CSA BRASIL (Brasil). **Onde está o CSA?** 2015. Disponível em: www.csabrasil.org. Acesso em: 10 abr. 2015.

CRUZ, Fabiana Thomé da. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano**

dos Campos de Cima da Serra – RS. 2012. 287 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/61937>. Acesso em: 7 ago. 2015.

FONTE, Maria. Knowledge, food and place: a way of producing, a way of knowing. **Sociologia Ruralis**, v. 48, n. 3, p. 200-222, 2008.

_____. Food relocalization and knowledge: dynamics for sustainability in rural areas. In: FONTE, Maria; PAPADOPOULOS, Apostolos G. (Org.). **Naming food after places: food relocalization and knowledge dynamics in rural development**. Farnham: Ashgate, 2010. p. 1-35.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philipp. Agriculture and State System. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.

GOODMAN, David; REDCLIFFE, Mary. **Environment and Development in Latin America: The Politics of Sustainability**. Manchester: Manchester University Press, 1991.

GOODMAN, David. The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, p.1-7, 2003.

GORTAIRE, Roberto. **Sistemas de canasta comunitaria: Organizaciones de consumo agroecológico**. 2004. Disponível em: <http://www.asocam.org/biblioteca/items/show/649>. Acesso em: 26 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - IDEC. Quer pagar quanto? **Revista do Idec**. São Paulo, p. 16-20. abr. 2010.

_____. **Mapa de Feiras Orgânicas cresce 340% em dois anos**. 2014. Disponível em: <http://www.idec.org.br/em-acao/em-foco/mapa-de-feiras-organicas-cresce-340-em-dois-anos>. Acesso em: 9 abr. 2015.

_____. **Mapa de Feiras Orgânicas**. 2015. Disponível em: <http://feirasorganicas.idec.org.br/>. Acesso em: 6 mai. 2015.

INSTITUTO KAIRÓS. **Levantamento do Perfil dos Grupos de Consumo no Brasil: Consumo como intervenção - Um olhar sobre as experiências de consumo coletivo no Brasil**. São Paulo: Instituto Kairós, 2010.

_____. **Organização de Grupos de Consumo Responsável: Caminhos para Práticas de Consumo Responsável**. Instituto Kairós: Instituto Kairós, 2011.

INSTITUTO KAIRÓS; CAPINA (Org.). **Práticas de comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar**. São Paulo: Instituto Kairós, 2013.

KIRWAN, Emma. La canasta comunitaria: una plataforma urbano-rural para la seguridad alimentaria. **Revista de Agroecología**, Lima, v. 3, n. 24, p. 26-29, 2008.

KNEAFSEY, Moya et al. Reconnecting consumers, producers and food: exploring alternatives. New York: Berg, 2008.

LAMINE, Claire. Settling Shared Uncertainties: Local Partnerships Between Producers and Consumers. **Sociologia Ruralis**, v. 45, n. 4 p. 324–345, 2005.

MARSDEN, Terry. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. **Journal of Rural Studies**, London, n. 14, p. 107–117, 1998.

MASCARENHAS, Gilberto. **O movimento do comércio justo e solidário no Brasil: entre a solidariedade e o mercado**. 2007. 387 f. Tese (Doutorado em Ciências de Desenvolvimento e Agricultura) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [2007].

MASCARENHAS, Thais Silva; GONÇALVES, Juliana; BENSADON, Ligia S. A atuação dos grupos de consumo responsável no Brasil: expressões de práticas de resistência e intercâmbios em rede. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, 7., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** . Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014. p. 1 - 19.

MENASCHE, Renata. Campo e cidade, comida e imaginário: percepções do rural à mesa. **Ruris**, Campinas, v. 3, n. 2, p. 195-218, 2010.

MILLER, Daniel. **Teoria das compras: o que orienta as escolhas dos consumidores**. São Paulo: Nobel, 2002.

MONTIEL, Soler; COLLADO, Calle. Rearticulando desde la alimentación: canales cortos de comercialización en Andalucía. **Ph Cuadernos**, Andaluzia, v. 26, p. 259-283, 2010.

PORTILHO, Fátima. **Consumidores de alimentos orgânicos: discursos, práticas e auto-atribuição de responsabilidade socioambiental**. XXVI Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro (BA), 2008.

_____. Sociabilidade, confiança e consumo na feira de produtos orgânicos. BARBOSA, Livia; PORTILHO, Fátima; VELOSO, Letícia (Org.). **Consumo: cosmologias e sociabilidades**. Rio de Janeiro: EDUR, 2009. p. 61-87.

_____. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2010.

PICOLOTTO, Everton. Novos movimentos sociais: economia solidária e comércio justo. **Revista Otra Economía**, n.3, v. 2, p. 74-92, 2008.

PLOEG, Jan Dauwne Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 17-32, 2009.

PREISS, Potira V. **Motivações de consumo e alfabetização ambiental na feira dos agricultores ecologistas de porto alegre**. 2004. 77 f. Trabalho de Conclusão (Graduação em Ciências Biológicas) - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos, São Leopoldo, [2004].

RAMOS, Pedro; STOREL JÚNIOR, Antonio O. O Açúcar e as Transformações nos Regimes Alimentares. **Revista Cadernos de Debate**, Campinas, v. 8, p. 36-54, 2001.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry K.; BANKS, Jo. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. In: **Environment And Planning**. Londres, 2003. p. 393-411.

SHERWOOD, S. *et al.*. Tackling the new materialities: Modern food and counter-movements in Ecuador. **Food Policy**. [s. L.], p. 1-10. mar. 2013.

STAR, Amory. Local Food: A Social Movement? **Cultural Studies Critical Methodologies**, v. 10, n. 6, p. 479-490, 2010.

TASSI, Maria Elisa Von Zuben. **Certificação participativa e compra coletiva de alimentos ecológicos**: redes locais construindo mercados cooperativos, um estudo na região de Campinas - São Paulo. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, [2011].

Recebido em: 15/09/2015.

Aprovado em: 19/11/2015.

Publicação em: 31/12/2015.